



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio
Cultural
ISSN: 1695-7121
info@pasosonline.org
Universidad de La Laguna
España

Fortaleza de Lima, Talita; Varela Lopes, Gerson Ernesto
Percepção de diferentes grupos sociais sobre o ordenamento da exploração turística das piscinas
naturais de Maragogi
PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 12, núm. 1, 2014, pp. 53-63
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88129335004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Percepção de diferentes grupos sociais sobre o ordenamento da exploração turística das piscinas naturais de Maragogi

Talita Fortaleza de Lima*
Gerson Ernesto Varela Lopes**

Universidade Federal de Alagoas (Brasil)

Resumo. A forma como as pessoas valorizam a natureza é influenciada por suas vivências e experiências. Nesse sentido, este artigo faz uma análise sobre a percepção de distintos grupos sociais sobre a exploração turística das piscinas naturais de Maragogi – Alagoas, Brasil. A metodologia inclui pesquisas bibliográficas sobre representação social e percepção ambiental, e entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público, iniciativa privada, população local. Apesar de algumas visões similares, na maior parte dos casos, os entrevistados relataram atitudes e opiniões divergentes sobre a exploração turística e as possíveis soluções para o seu ordenamento. É essencial para este processo uma melhor articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil a fim de minimizar conflitos e potencializar os benefícios do setor turístico.

Palavras-chave: Turismo, Percepção Ambiental, Representação Social, Ordenamento Ambiental, Gestão Participativa.

Perceptions of different social groups on tourism exploitation in Maragogi's natural pools.

Abstract: The way people value and understand environment is influenced by their experiences. Thus, this paper aims to analyze the perception of different social groups on the exploitation management of the so-called "natural swimming-pools" or *Galés de Maragogi* – Alagoas State, Brazil. Methods included the perusal of biographic researches about social representation and environmental perception, and semi-structured interviews with representatives of government, private sector and local people. Despite presenting similar views in most cases, interviewees reported attitudes and opinions divergent on tourism exploitation and practical solutions to the planning problems. It is essential for the tourism activities management a strong linkage between government, private sector and society in order to minimize conflicts and maximize the benefits of the tourism sector.

Key-words: Tourism, Environmental Perception, Social Representation, Exploitation Management, Participatory Management.

* Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas (Brasil); E-mail: talitamcz@hotmail.com

** Programa de Pós-Graduação em Meteorologia – Mestrado em Meteorologia, Universidade Federal de Alagoas (Brasil); E-mail: gbrunoj@hotmail.com

Introdução

Este artigo faz uma reflexão sobre o turismo nos recifes de Maragogi a partir do envolvimento da comunidade de pescadores locais, cuja participação foi de fundamental importância para o processo de inserção da atividade turística do município. Será analisada, nos limites do referido estudo, a percepção de distintos grupos sociais sobre o ordenamento ambiental da exploração turística do ecossistema em questão.

O município de Maragogi está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, uma unidade de conservação marinha de uso sustentável cujo objetivo é a utilização racional de recursos disponíveis, além disso, a APA tem o propósito de incentivar o resgate da cultura local e fazer o ordenamento da prática turística e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental.

Pretende-se fazer uma breve discussão sobre o desenvolvimento do turismo no município de Maragogi, evidenciando a degradação sofrida pelo ecossistema recifal e as tentativas de ordenamento desta exploração; dessa forma, será observada a percepção da população de Maragogi sobre este fenômeno.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre percepção ambiental e representação social e realizadas entrevistas semiestruturadas (gravadas e transcritas) com dois representantes da iniciativa privada, dois representantes do poder público, cinco pescadores e cinco moradores do município (que não trabalham com pesca, nem dependem – diretamente – da atividade turística). Além disso, analisaram-se pontos importantes (anotados em caderneta de campo) de conversas informais com moradores do município. Tendo como base a amostra supracitada, a análise será realizada considerando-se três grupos sociais distintos, a saber: pessoas influentes (poder público), empresários do turismo e população local (pescadores e moradores).

O estudo das percepções ambientais é pertinente para uma gestão ambiental eficaz, uma vez que problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas humanos que dependem de motivações, valores e atitudes de indivíduos para serem solucionados (Tuan, 1980). O mesmo autor afirma ainda que, a percepção é tanto uma resposta dos sentidos aos estímulos externos, como uma atividade proposital, em que fatos poderão ser registrados ou bloqueados; já a atitude seria uma postura cultural, com maior estabilidade em relação à percepção, sendo formada por uma longa sucessão de percepções. Assim, o indivíduo

adquire novos dados para compreensão do seu entorno a partir do estabelecimento de relações com o seu ambiente.

O modo pelo qual as pessoas valorizam e compreendem a natureza é influenciado por distintos contextos culturais e momentos históricos diversos, entretanto, mesmo indivíduos dentro de uma mesma cultura poderão interpretar o conceito de natureza de forma divergente (Peterson, 1999). Reconhecer as diferentes percepções – estruturadas por referenciais diversos – é relevante para a resolução de eventuais conflitos, elaboração de diagnósticos, planejamento, políticas e programas de educação ambiental, de modo que poderão estimular igual participação de todos os grupos sociais.

1. Contextualização do objeto estudado

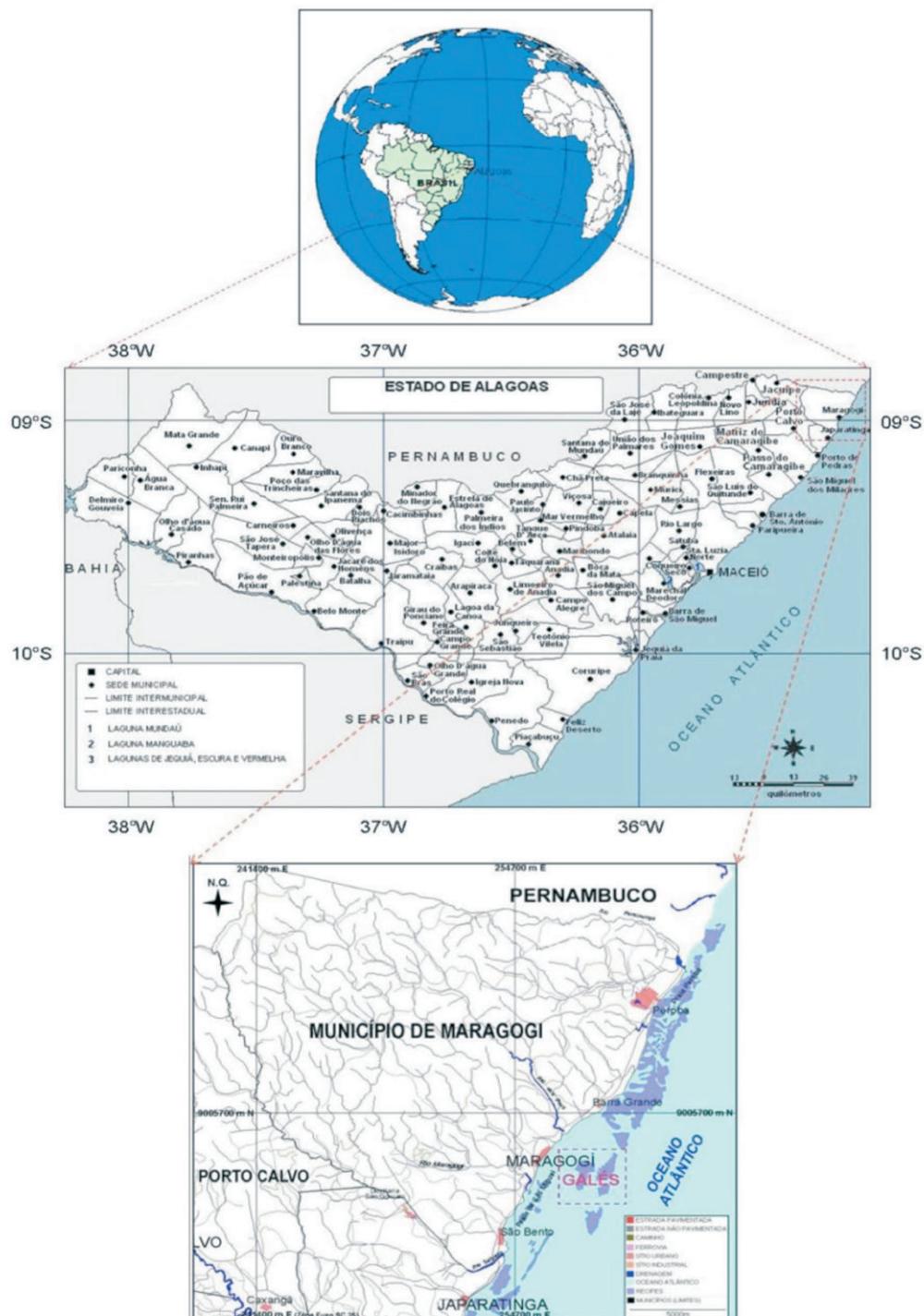
1.1 O município de Maragogi

O município de Maragogi localiza-se na zona costeira, na porção extremo nordeste do estado de Alagoas, na Microrregião do Litoral Norte e na Mesorregião do Leste Alagoano (Figura 1); as suas localidades mais importantes são Maragogi (onde fica localizada a sede municipal), São Bento, Barra Grande (distrito) e Peroba. O município está equidistante, aproximadamente, 125 km de Maceió e Recife.

As principais atividades econômicas são voltadas à agropecuária e serviços. A economia do município é baseada, principalmente, no turismo, cultivo da cana-de-açúcar e pesca (SILVA, 2004).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Maragogi tem uma população de 28.746 habitantes em uma área de 334 km²; a zona urbana tem 18.622 habitantes, enquanto que na zona rural vivem 10.124 pessoas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2000) no município foi de 0,619. Conforme Kaspary (2012), Maragogi foi território socioeconômico e político quase exclusivo da cana-de-açúcar. No passado, as elites não valorizavam a região litorânea de modo que o município foi habitado por aqueles que estavam à margem do sistema canavieiro, o que favoreceu a formação e apropriação do espaço por populações tradicionais rurais e pescadores. Ferreira (1959) afirma que a principal atividade econômica do município de Maragogi em 1950 era a agricultura, destacando-se a produção de *coco-da-baía*, *cana-de-açúcar* e *mandioca*; enquanto que a pecuária, a pesca e a indústria existiam em menor escala – o setor industrial formava-se

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento de Alagoas (LGA/UFAL)

por pequenos estabelecimentos os quais se dedicavam estritamente à extração de cal, madeira, lenha e produção de carvão vegetal.

A construção da AL-101-Norte no ano de 1979 transformou a realidade do município, uma vez que facilitou a comunicação terrestre entre os povoados municipais e estimulou o aumento de fluxos populacionais, tanto sazonal de natureza turística, como de migrantes oriundos de diversas áreas rurais ou de centros urbanos que buscavam/buscam na atividade turística uma forma de sobrevivência. Atualmente, Maragogi passa por um processo de urbanização e crescimento urbano acelerados, sendo tal fato, em parte, reflexo da expansão da atividade turística (Kaspary, 2012).

Maragogi possui um litoral com 22 km de extensão, formando um conjunto de dez praias, que devido à beleza cénica desenvolveu o segmento do turismo de “sol e mar”, apresentando duas tipologias principais: o turismo de segunda residência e o turismo de massa. O município tem como principal atrativo turístico os recifes de corais¹, localizados a 6 km da costa, onde durante as marés baixas propiciam a formação das chamadas “piscinas naturais”² – a mais importante do ponto de vista turístico são as denominadas Galés de Maragogi³.

Além das Galés, outras três piscinas naturais começaram recentemente a serem exploradas economicamente: a piscina de Taocas, Croas de São Bento e Barra Grande. Essa situação é preocupante do ponto de vista ambiental, uma vez que tal exploração tem causado a degradação das Galés de Maragogi e, o município atualmente tenta se adequar às normas de visitação implementadas pelo órgão gestor da APA, o ICMBio (Lima, 2011), como será explanado no próximo item.

1.1. O turismo nas piscinas naturais de Maragogi: degradação e tentativas de ordenamento

A exploração turística no município de Maragogi vem causando extensiva degradação do seu principal atrativo, de modo que os próprios turistas começaram a fazer reclamações e denúncias. Por exemplo, o fotógrafo Adriano Gambarinno ao visitar as Galés de Maragogi em 2009 (viajeaqui.abril.com.br) constatou uma série de problemas relacionados à exploração desse atrativo (Figura 2), a saber: excesso de barcos, lanchas, traineiras e pessoas (Figura 3); venda de bebidas e alimentos (Figura 4); aulas de mergulho de tal forma que incomodam as pessoas que estão visitando o lugar (Figura 5); alimentação de peixes; com-

portamento barulhento, envolvendo inclusive discussões por parte da tripulação dos equipamentos náuticos; destruição de recifes de corais; uso de sirenes com som muito alto nos barcos chamando os turistas para o embarque e retorno à Maragogi; redução do tempo de permanência nas Galés, das duas horas previstas para pouco mais de uma hora são entre muitos os principais problemas. O referido fotógrafo afirma ter ficado perplexo quando lhe informaram que as piscinas naturais de Maragogi estavam localizadas dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Através de entrevistas e documentos cedidos pelo Ministério Público Estadual em Maragogi, verificou-se que não eram realizadas ações constantes e efetivas dos órgãos ambientais responsáveis, sobretudo, no que diz respeito à fiscalização nas piscinas naturais de modo a coibir a degradação dos recifes. Um documento elaborado pelo Projeto Recifes Costeiros (PRC)⁴ menciona que além do excesso de visitantes diários nas Galés, as embarcações, em meses de verão, chegavam a permanecer até sete horas por dia naquele ambiente. Assim, foram identificados problemas relacionados ao excesso de visitantes, quebra de corais devido à coleta por turistas e ancoragem das embarcações em cima de bancos de corais, alimentação de peixes e comercialização de alimentos e bebidas.

Diante do quadro de degradação, foram expedidos dois TACs (Termos de Ajustamento de Conduta). O primeiro no ano de 2000 por iniciativa do Ministério Público Estadual (MPE) teve caráter experimental de um ano, mas não alcançou os resultados esperados, sobretudo, devido a um conflito entre os poderes estadual e federal. De acordo com entrevistas realizadas, o Ministério Público Federal (MPF) alegou que o mar é um bem da União, por isso, ficaria a cargo do MPF a resolução de problemas oriundos da exploração turística dos ambientes recifais locais. Em 2006 um novo TAC foi expedido, mas as suas exigências foram descumpridas e não foi totalmente implementado; as entrevistas realizadas mostraram que não houve participação do MPF, ausência de fiscalização eficaz e que os empresários só almejavam o lucro. Diante do descumprimento do novo TAC e devido às denúncias que recebiam por parte dos próprios turistas, o MPF entrevistou e ameaçou proibir o passeio às Galés, por constituir um ecossistema ameaçado devido à falta de consciência ambiental dos usuários.

Para solucionar esse problema e continuarem explorando as Galés, os empresários começaram a cumprir as exigências determinadas no TAC⁵, enquanto aguardavam a publicação de uma Instrução Normativa (IN), que estava sendo elaboro-

Figura 2. Exploração turística das Galés de Maragogi



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Maragogi.

Figura 3. Excesso de catamarãs ancoradas sobre os recifes



Fonte: viajeaqui.abril.com.br
Autor: Adriano Gambarini

Figura 4. Comercialização de alimentos e bebidas (23/01/2009)



Fonte: viajeaqui.abril.com.br
Autor: Adriano Gambarini

Figura 5. Aglomerado de pessoas nas Galés (23/01/2009)



Fonte: viajeaqui.abril.com.br
Autor: Adriano Gambarini

rada e que viria para regulamentar, de fato, os passeios na área. Foram publicadas pelo ICMBio duas instruções normativas, nos anos de 2009 e 2010, e em fevereiro de 2013, o Plano de Manejo da APA Costa dos Corais foi publicado oficialmente. Atualmente a área em estudo conta com mais um instrumento que visa disciplinar a sua exploração.

A exploração turística causou a degradação do ecossistema de recife, de modo que a exploração desordenada ultrapassou as tentativas de ordenamento, pois se interessou apenas pelo crescimento econômico em detrimento do meio natural e da população nativa cujos interesses foram afetados com a expansão do turismo no município. A exploração turística das Galés de Maragogi se tornou um problema de caráter coletivo, necessitando da participação dos diversos atores para ser resolvido. É nesta perspectiva que o próximo item discutirá a concepção

e percepção de diferentes grupos sociais do município de Maragogi sobre as tentativas de disciplinamento supracitadas; foram levantadas questões acerca do processo histórico da exploração turística nas Galés de Maragogi e das discussões envolvendo o seu ordenamento, procurou-se verificar as opiniões de diferentes atores sociais sobre a efetividade desse ordenamento e possíveis soluções para os problemas mencionados anteriormente.

2. Representação social, percepção e meio ambiente: concepções sobre o ordenamento do turismo nas Galés de Maragogi

2.1. Representação Social e turismo nas Galés de Maragogi

O espaço é ao mesmo tempo físico e de vivência, referencia tanto representações men-

tais quanto o produto traduzido em imagens estruturadas entre o que é de ordem simbólica e real. Uma vez que os lugares são carregados de representações podem dizer muito para algumas pessoas e, ao mesmo tempo, não significar nada para outras. A partir das representações sociais é possível compreender a forma pela qual acontece o processo de familiarização e de atribuição de significados dos sujeitos para com o universo que os rodeia. Assim, para Moscovici (2003), uma das finalidades das representações seria tornar familiar o não-familiar, orientando os indivíduos em direção aquilo que é visível e ao que precisa ser respondido, ou seja, as representações correspondem ao que o sistema perceptivo e cognitivo estão ajustados. Isso ocorre porque elas convencionam os objetos, as pessoas e os acontecimentos; são prescritivas, se impõem sem que necessariamente se tenha consciência disso.

Merleau-Ponty (1999) defende que o espaço não é um ambiente em que as coisas se dispõem, mas um meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Assim, ao tornar os dados visuais habituais é possível criar associações estáveis entre direções antigas e novas; no início, o campo visual parece invertido e irreal, mas como o sujeito não vive no espaço sem que haja troca mútua, a visão pode ser modificada com a experiência. Nessa perspectiva, as representações sociais relacionam-se ao universo consensual, são criadas por processos de ancoragem e objetivação, circulam no cotidiano e devem ser vistas como uma “atmosfera” em relação ao indivíduo ou ao grupo. O processo de ancoragem classifica ou dá nome a algo: nesse sentido ao classificar o inclassificável, *i.e.*, ao dar nome ao que antes não tinha nome as pessoas são capazes de imaginar e representar.

Pôde ser constatado que ao serem indagados sobre a expansão do turismo nas Galés de Maragogi, os entrevistados remetem a utilização de outrora, quando a população local utilizava a área como forma de lazer com seus familiares e amigos, e até pessoas que não vivenciaram esta época (não tão remota) mencionam que a paisagem era bastante preservada e era possível “jogar bola” na referida área, como mostram a seguir os trechos de entrevistas:

- Desde a época que eu me entendi de gente, que a gente tinha, tem essas Galés aqui. A gente... Dava pra ver a Galés daqui da beira da praia, eu jogava até bola em cima delas, das Galés (sic).
- A gente via as Galés daqui, quando a maré era seca, a gente via, a crôa daqui, daqui da praia a gente via a crôa, jogava bola em

cima, fazia churrasco lá em cima em dia de final de ano (sic).

- Porque assim, eu cheguei depois, mas a turma diz que nas Galés o povo jogava bola lá, né? (sic)
- A comunidade e os pescadores jogavam bola lá, faziam dois times e jogavam bola lá no banco de areia, no cascalho. Aí por volta de 96/97 foi que começou a visão de se explorar, né? Bom isso aqui... vamos trazer turista pra cá e começou a ir por essa época, 96/97 (sic).
- Eles diziam que iam pra lá pra... com a família jogar bola, jogava-se futebol nas Galés, né? Então dá pra ver que a área era grande.

A exploração turística nas Galés teve início na década de 1990, quando pescadores, eventualmente, levavam turistas como uma forma de complementar a renda. A instalação do Resort Hotel Salinas foi mencionada por grande parte dos entrevistados como o marco para o crescimento do turismo no município. Com o aumento da procura, instalaram-se em Maragogi os empresários interessados em comercializar o passeio com embarcações denominadas catamarãs. A partir daí, os grupos sociais começam a divergir em suas opiniões. A maior demanda pelo passeio e o grande número de catamarãs fizeram com que os pescadores fossem impedidos de realizá-lo⁶ – tanto por fins lucrativos como por lazer. Nesse sentido, a população local constata que o mar é dos pescadores e acreditam que os mesmos foram impedidos por estarem sendo acusados de causar degradação na área estudada:

- O mar é dos pescadores, não? O mar não é dos pescadores? (sic)
- Não é o pescador, porque se fosse o pescador, ela estava do mesmo jeitinho hoje (sic).
- Eles têm essa mania de dizer que quando o pescador vai levar a família no barco que ele pesca pra croa, aí eles fala com a Marinha, fala com o IBAMA pra proibir o dono da navegação levar duas pessoas, às vezes a família da pessoa não pode ir pra croa por causa disso... Porque através disso aí, não somos a gente que acabou, foi o cliente... (sic)
- Depois que abriu os restaurantes, hotéis eles que acabaram com as Galés, agora quer dizer que foi os pescadores, com a navegação, é um negócio que a gente não concorda sobre isso aí, e já que eles tão indo e a gente nunca fez nada demais de proibir deles ir pra croa (sic).

Como forma de manifestar, os pescadores fecharam o acesso às Galés com suas embarcações e com isso, obtiveram o direito de realizar o passeio com familiares e amigos, sem fins lucrativos.

- Só uma vez... duas vezes que a gente fechou as galés por causa disso... Porque eles proibiram a gente de ir pra croa, ai uma vez, duas vezes a gente fechou as Galés mesmo (sic).
- Já por causa disso, porque proibindo a gente de ir lá pras galés, com os familiar da gente, com os amigos, todos nós temos amigos, num é... e de onde quer que seja, de fora, daqui ou de qualquer lugar, ai chega dá pra levar, ai diz não... (sic)
- Num é nada de mais, exigir os coletes suficientes, se não tiver colete leva a jangada, bom levar a catraca que chama de catraia do barco, caso aconteça alguma coisa a catraca resolve alguma coisa, os coletes do barco, cada barco tem quatro ou cinco colete, isso ai não é nada demais, mas proibir a gente de ir pra croa, os pescadores ir na croa, isso é um negócio absurdo que a gente não concorda com isso ai não (sic).

As construções das representações sociais ocorrem por meio das interações sociais e são difundidas em grande escala por meio da comunicação, absorvidas pelas pessoas e passam a pertencer ao senso comum. Ideologias são incorporadas a essas representações, atribuindo outros valores, guiando comportamentos em relação aos objetos representados. Elas são a base para produção de conhecimento que dificilmente é destruída, mas está em constante transformação, ligam-se à produção de sentido, de opinião e de imagens mentais sobre os objetos que permeiam o mundo dos indivíduos. Estando presente no contexto das vivências e experiências de cada indivíduo, estão na base das identidades, assim, desconstruir ou interferir nestas representações implica na mudança de uma percepção sobre o mundo e, consequentemente, transformações na identidade (Alves; Castro; Bomfim, 2011).

O uso das piscinas naturais pelos pescadores faz parte de suas experiências e vivências, está presente na memória de cada pescador entrevistado e refletido na identidade do município. Em algum momento passaram a utilizá-las também como uma forma de complementar a renda, mas ao serem proibidos, foram proibidos não só do lazer e do lucro, mas tiveram que mudar suas atitudes perante o bem natural e simbólico, anteriormente citado como pertencente à União e consequentemente a todos os cidadãos brasileiros.

Negaram-lhes, portanto, que continuassem a desfrutar de um patrimônio de inestimável valor simbólico, interferindo em suas representações e causando transformações na identidade do lugar.

2.2. Percepção ambiental e o ordenamento do turismo nas Galés de Maragogi

Durante as entrevistas realizadas foi possível constatar que é do conhecimento de todos os entrevistados as ações de disciplinamento ambiental que aconteceram e estão acontecendo no município. As entrevistas foram realizadas antes da publicação do Plano de Manejo, portanto, neste trabalho existem limitações no que se refere à opinião dos entrevistados sobre zoneamento contido no referido documento e a sua eficácia. A maior parte dos entrevistados falou sobre os TACs e algumas de suas principais exigências, assim como, mencionou o descumprimento das regras e a consequente ameaça de proibir a exploração turística nas Galés, por parte do MPF. Esta ameaça é um assunto polêmico que gerou receio para população de Maragogi, que tem a sua economia baseada principalmente na atividade turística. Como esperado, algumas pessoas – por terem ação direta no processo de ordenamento – responderam as perguntas de forma mais concreta e eloquente; mesmo assim, é importante destacar a repercussão dessas ações entre a amostra selecionada.

O estudo da percepção ambiental tem como principal finalidade compreender os distintos comportamentos do ser humano em relação ao meio ambiente. A percepção revela o modo como se vive e se planeja o espaço, é a resposta das diferentes interações entre ser humano e meio ambiente (Soares, 2005). O estabelecimento de relações afetivas com o ambiente interfere nas formas de relacionamento do indivíduo com o seu entorno, havendo a possibilidade de mudanças de atitude a partir de certo grau de envolvimento. É nessa perspectiva que Rox (2004, p.51) defende que cada indivíduo tem maior oportunidade de se inscrever harmoniosamente em seu território de dependência “*se puder respirar a aura, ou seja, inventar, criar laços para seu ambiente que, sobre o modo da unicidade, o colocam no coração do mundo, próximo, mas aberto ao distante*”.

Conforme Piaget (1973), a construção progressiva de relações espaciais é processada em dois planos: plano perceptivo ou sensório-motor e plano representativo ou intelectual. Para ele, a mente exerce parte ativa na construção da realidade percebida, e consequentemente, na

definição da conduta uma vez que o homem processa mentalmente as informações que o meio ambiente e a herança o oferecem, e a conduta que constrói mediante o equilíbrio entre fatores internos e externos. Nesta perspectiva, cada indivíduo percebe, reage e responde de modo diferente frente ao meio, de modo que suas respostas ou manifestação resultam das percepções, processos cognitivos, julgamentos e expectativas (Oliveira, 2006).

Entender o significado da paisagem para determinado indivíduo ou grupo, através do estudo da percepção, contribui para compreender o sentimento e as atitudes das pessoas em relação aos lugares. Além disso, o estudo de percepção fornece elementos importantes para a identificação dos graus de valorização do meio ambiente por um grupo e pode auxiliar em uma intervenção que melhore, quando necessário, a relação do grupo com a paisagem abordada (Tonissi, 2005).

Mesmo com todas as consequências de um turismo mal planejado, na percepção da população local, o turismo é bom para o município uma vez que gera desenvolvimento (ou crescimento econômico), como mostra o trecho de uma entrevista:

- Eu acho que se desenvolveu bastante, né? Porque cada lugar pretende mais crescer, né? É uma alegria pra mim, o lugar Maragogi se desenvolver. Pra vista da época que eu vivia pra época de agora, só desenvolvido, né? (sic)

Apesar da visão que traduz crescimento econômico como desenvolvimento, foi possível constatar que a amostra selecionada admite a degradação sofrida pelo atrativo natural, entretanto, a maior parte dos entrevistados – sobretudo o grupo da população local e empresários – acredita que este é o preço que se deve pagar pelo desenvolvimento do município. Ao serem indagados sobre a ineficiência dos TACs, alguns entrevistados do grupo das pessoas influentes responderam que a ambição dos empresários foi a principal razão, enquanto a amostra de empresários coloca a culpa na falta de fiscalização. As atuais ações de ordenamento são bem vistas, embora sejam reconhecidas as limitações. Por exemplo, alguns representantes da população local, mesmo conhecendo e reconhecendo a importância dessas ações, acreditam que da forma que está sendo realizada não terá o resultado esperado por todos: a restauração das Galés de Maragogi de modo que volte a ser como no passado:

- Pois é, impede mais um pouco sobre isso ai né? Sobre essa divisão que estão fazendo sobre a maré, impede mais um pouco de lá, mas... Deus queira que antes de a gente morrer fique como era antes, mas eu acho muito difícil, não tem como voltar mais não.
- Mas do jeito que eles querem fazer, não recupera não.

Já para os empresários e pessoas influentes o trabalho de controle ambiental está dando resultado, como é mostrado a seguir:

- Hoje eu posso dizer com toda certeza que a gente tá colhendo o fruto desse trabalho porque anteriormente, essa mesma limitação que tá tendo agora teve antes, só que não tinha fiscalização, a gente tinha vontade de fazer o monitoramento, mas era falho (sic).
- Agora está dando resultado devido às Instruções Normativas.

Também houve comentários sobre a falta de consciência ambiental dos empresários que ofertam o passeio com catamarãs, obedecendo apenas às normas devido à concorrência e à fiscalização realizada:

- Não há consciência ambiental, existe medo de concorrência.
- Ainda hoje eu não vejo essa consciência, eu vejo mais o medo da punição do que a questão da preservação, de pensar em preservar para as próximas gerações.

Em seguida foram feitas perguntas sobre o motivo pelo qual o disciplinamento começou a ser respeitado. Todos foram unânimes em responder que a ameaça de proibição da realização do passeio foi o principal fator, essa ameaça repercutiu no município (como foi constatado durante as entrevistas com a amostra selecionada e com conversas informais com moradores do município) e serviu como alerta para uma tomada de consciência, refletida na mudança de atitude perante o meio ambiente.

Castello (2005) citou que a percepção tanto dos valores como da falta de valores com relação ao ambiente, assim como a percepção da finitude de seus recursos podem educar e ensinar algumas estratégias cuja implementação tem o potencial de ajudar a conservar determinados valores presentes no ambiente e indicar quais caminhos permitem fazer evoluir o desenvolvimento desse ambiente sem destruí-lo. O mesmo autor complementa que a percepção da qualidade de um ambiente tem o potencial de ajudar a justificar as políticas voltadas à preservação

da qualidade ambiental. Desse modo, políticas que precisam introduzir alterações no ambiente, quando instruídas dentro de uma linguagem que emprega o léxico dominante naquele ambiente, terão maiores oportunidades de concretização. Nesse sentido, observar o uso e a ocupação de um espaço faz entender os fenômenos que estão em pauta naquele ambiente e que explicam (ou ajudam a explicar) sua configuração, suas formas, sua morfologia.

Tuan (1980) relatou que se não houver auto-compreensão não será possível empregar soluções duradouras para problemas ambientais que fundamentalmente constituem-se como problemas humanos e, tais problemas – quer sejam econômicos, políticos ou sociais – dependem do centro psicológico da motivação, valores e atitudes, os quais dirigem as energias para os objetivos. Nesse sentido, o envolvimento da população local é um elemento essencial e precisa ser incorporado em processos de tomada de decisões, para que os grupos locais adquiram capacidade de formular e alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento em consonância com os objetivos de proteção do meio ambiente (Primack; Rodrigues, 2001).

Por fim, ao serem indagados por ações que, em suas concepções, permitiriam o uso ideal do ecossistema recifal pelo turismo, algumas pessoas da população local sugeriram ações que (para elas) poderiam restaurar o ambiente natural – transportar areia do rio para a área das Galés. Outros acreditam que as ações realizadas já são suficientes, bastando apenas que as normas sejam cumpridas. O grupo de pessoas influentes acredita que a abertura de outras áreas de recifes com distintos usos turísticos (como áreas exclusivas para mergulho e flutuação), diminuiria a demanda para as Galés que, infelizmente, ainda ficariam como uma área de sacrifício, usadas para o turismo de massa, mas obedecendo as respectivas normas. Para os empresários entrevistados, a solução seria um maior conhecimento por parte deles próprios acerca da importância de explorar conscientemente, de modo que suas visões ficariam abertas para uma utilização racional, mas duradoura, pensando em diminuir agora o lucro, com a garantia de uma utilização futura.

É importante que todos os atores sociais envolvidos estejam engajados nos processos de tomada de decisões, visto que as necessidades e especificidades de cada local são, a priori, interesse da população que o compõe. Dias analisa que “*a questão da participação tem relação direta com o conceito de cidadania à medida que esta se refere à condição de um indivíduo portador de*

direitos. Não há direito maior de um indivíduo do que decidir seu próprio destino” (2008, p.113). Tal afirmativa relata a importância da conscientização dos cidadãos em participar de processos decisórios sobre a sua localidade que poderão afetar de alguma forma o seu modo de viver. E nesse sentido, o estudo sobre a percepção da comunidade local é de extrema importância.

3. Conclusão

Verificou-se que os atores sociais entrevistados, embora possuam algumas visões semelhantes, também demonstram opiniões contrárias e conflitantes motivadas, principalmente, porque a amostra selecionada inclui tanto pessoas do poder público, da iniciativa privada e pescadores – pessoas cujos interesses muitas vezes apresentam-se divergentes, o que contribui para fomentar os conflitos tanto do uso da área quanto do seu ordenamento. Tal fato pode estar associado à percepção ambiental dos indivíduos, uma vez que cada pessoa percebe aquilo que é do seu interesse de acordo com suas vivências e experiências, ou seja, o seu contexto sociocultural.

De fato, é inegável que algumas ações devem ser postas em prática a fim de conservar o meio natural da exploração desordenada, e nesse sentido, a legislação ambiental brasileira dispõe de instrumentos capazes de assegurar a manutenção do meio ambiente natural aliado ao crescimento econômico e bem estar das populações nativas. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é um exemplo disso, contudo, entre a lei e a sua prática existe um lacuna considerável. Um aspecto a ser considerado é que apesar de uma das diretrizes do SNUC (Cap. II, Art. 5º, III – Brasil, 2000) apresentar a garantia da participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, tal envolvimento nem sempre acontece, de modo que a população local recebe pouca assistência governamental e percebe a área protegida como uma restrição à sua capacidade de sobrevivência – o caso dos pescadores de Maragogi ilustra bem tal assertiva.

Obviamente, a suposta iniciativa do Ministério Público Federal no sentido de ameaçar fechar as Galés à exploração turística, de certa forma pode ter criado uma condição institucional favorável ao avanço constatado por esse estudo no que diz respeito à gestão ambiental da atividade.

A APA Costa dos Corais, apesar de 15 anos de existência, apenas teve o seu Plano de Manejo aprovado e publicado oficialmente em fevereiro de 2013, portanto, passou a ter um

zoneamento que delimita o uso e as atividades compatíveis com cada zona ambiental. Apesar das agressões sofridas pelo ecossistema, principalmente, durante todos esses anos de existência da respectiva APA, o plano de manejo tem o potencial de mostrar para a sociedade que agora existe um plano de mudança em curso, servindo, assim, como uma base para mudanças de atitudes perante o meio ambiente.

Acredita-se, portanto, que a articulação entre poder público e sociedade civil juntamente com a implantação de uma gestão compartilhada poderão minimizar os conflitos existentes, potencializando os benefícios da atividade turística aliada à manutenção do meio físico natural, contribuindo, assim, para o desenvolvido almejado da “localidade Maragogi”.

Agradecimentos:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de iniciação científica e a todos os entrevistados que cederam o seu precioso tempo, contribuindo para a elaboração deste trabalho.

Referências

- Alves, Charles dos Reis; Castro, Luciana Luísa Chaves; Bomfim, Natanael Reis.
2011 “Representações Sociais do espaço urbano turístico de Ilhéus, Bahia (Brasil), na perspectiva do residente”. *Turismo & Sociedade*, 4(2): 200-222.
- Barros, Magno Valença de
2005 “A contribuição da participação sociopolítica para o desenvolvimento sustentável no município de Maragogi, Alagoas”. Maceió: UFAL, 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), PRO-DEMA, Universidade Federal de Alagoas. Brasil
2000 “Decreto-Lei nº 9.985 de 7 de julho de 2000”. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília.
- Brasil
2000 “Decreto-Lei nº 9.985 de 7 de julho de 2000”. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília.
- Castello, L
2005 “Environmental psychology and environmental policy: Strategies for the construction of the future”. *Psicologia*. USP, 16(1/2): 223-236.
- Dias, Reinaldo
2008 “Planejamento do turismo: políticas e desenvolvimento do turismo no Brasil”. São Paulo: Atlas.
- Ferreira, Jurandyr Pires
1959 “Encyclopédia dos Municípios Brasileiros volume 31”. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- Gambarinni, Adriano
2009 “Férias no Nordeste”. Disponível em: <http://www.viajeaqui.abril.com.br/national-geographic/blog/143392_comentarios.shtml?8166693>. Acesso em: 23 fev. 2011.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
2010 “Cidades – Alagoas: Maragogi”. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso: 20 out. 2012.
- Kaspary, Manuela Grace de Almeida Rocha
2012 “O desenvolvimento local e o desenvolvimento turístico do município de Maragogi, Alagoas”. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió.
- Lima, Talita Fortaleza de
2011 “Estudo do ordenamento da exploração turística das piscinas naturais de Maragogi com base em análise de stakeholders”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió.
- Merleau-Ponty, Maurice
1999 “Fenomenologia da percepção”. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Moscovici, Serge
2003 “Representações sociais: investigações em psicologia social”. Rio de Janeiro, Vozes.
- Oliveira, Nilza Aparecida
2006 “A Educação Ambiental e a Percepção Fenomenológica através de Mapas Mентais”. *Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Peterson, Anna
1999 “Environmental ethics and the social construction of nature”. *Environmental Ethics*, Denton. 21(4): 339-57.

- Piaget, Jean
 1973 "Estudos Sociológicos". Rio de Janeiro: Editora Forense, 1973.
- Primack, Richard B.; Rodrigues, Efraim
 2011 "Biologia da Conservação". Londrina: Efraim Rodrigues.
- Roux, Michel
 2004 "O re-encantamento do território (o território nos rastros da complexidade)". In Silva, Aldo Aloísio Dantas da; Galeno, Alex (Orgs.), *Geografia: ciência do complexus. Ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina.
- Silva, Merylane Porto da
 2004 "Políticas ambientais para o desenvolvimento sustentável no estado de Alagoas: o caso de Maragogi". Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife.
- Soares, Sandra Maria Veríssimo
 2005 "A percepção ambiental da população noronhense em relação à área de preservação ambiental". Monografia (especialização). Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE, 96p.
- Tonissi, Rosa Maria Tóro
 2005 "Percepção e caracterização ambientais da área verde da microbacia do córrego da água quente (São Carlos, SP) como etapas de um processo de Educação Ambiental". Tese apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.
- Tuan, Yi-Fu
 1980 "Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente". São Paulo: Difel, 1980.

Notas

¹ Esses ambientes recifais fazem parte da Área de Proteção Ambiental – APA Costa dos Corais, abrangendo municípios do Litoral Norte de Alagoas e; quatro municípios do Litoral Sul de Pernambuco.

² Piscinas naturais são áreas de águas rasas que emergem entre os recifes durante as marés baixas. Ocorrem na área tanto recifes de arenito quanto recifes de corais. Estes representam a maior preocupação dos órgãos ambientais, organizações não-governamentais (NGO) e do Ministério Público Federal, devido, ao mesmo tempo, à sua grande biodiversidade e fragilidade frente às atividades humanas.

³ Conforme Barros (2005, p.92), as Galés de Maragogi "receberam esse nome em referênc-

cia ao tipo de embarcação que se encontra naufragada sob as águas da região".

⁴ O PRC foi criado em 1998 pela Universidade Federal de Pernambuco, instalando uma base em Maragogi para gerar conhecimento que pudesse servir de base para o disciplinamento da exploração do ecossistema recifal. Visando contribuir com os órgãos envolvidos no sentido de "promover a conservação da biodiversidade costeira e marinha, a sustentabilidade das atividades econômicas que dependem dos recursos costeiros desta área e, consequentemente, melhorar as condições de vida das populações locais" (CEPENE *apud* Barros, 2005).

⁵ As exigências contidas no TAC seriam, dentre outras: 1) redução do número de visitantes diários às Galés para 720 pessoas, observando-se o limite das marés baixas de no máximo 0.6m, por motivo de segurança para os visitantes; 2) as embarcações não poderiam ancorar em bancos de corais; 3) os peixes não poderiam ser alimentados, e 4) os corais não deveriam ser arrancados ou pisoteados.

⁶ O Presidente da APA Costa dos Corais alega que os pescadores não tem autorização porque não preenche requisitos contidos nas instruções normativas e no plano de manejo da APA, além disso, suas embarcações não estão adequadas para o transporte de passageiros e, por isso, não possuem alvará de funcionamento.

Recibido: 11/04/2013
Reenviado: 27/05/2013
Aceptado: 27/06/2013
Sometido a evaluación por pares anónimos